



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

29/03/2013

INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. EXECUÇÕES PENAIS.....	1
1.2. JUÍZES.....	2
1.3. PRESIDÊNCIA.....	3
1.4. PUBLICIDADE LEGAL.....	4
2. JORNAL O IMPARCIAL	
2.1. SELETIVOS.....	5 - 6
3. JORNAL O QUARTO PODER	
3.1. SEM ASSUNTO.....	7

Rápida

Saída temporária

Cento e oitenta e dois detentos de unidades prisionais de São Luís receberam o benefício da saída temporária de Páscoa. Os internos começaram a sair na quarta-feira (27) e deverão retornar às unidades carcerárias até 18h do dia 1º de abril (segunda-feira). O benefício, que foi concedido pelo juiz da 1ª Vara de Execuções Penais (VEP), Jamil Aguiar, aos internos com bom comportamento.

Hospital Casa Alívio do Sofrimento é repassado ao governo municipal

Meta do Município é transformar a unidade em referência regional em saúde pública

MONTES ALTOS - O prefeito Valdivino Rocha recebeu, na semana passada, as chaves do Hospital Casa Pontifícia Alívio do Sofrimento Dr. Piero Saronio, resultado do entendimento judicial ocorrido no dia 15 deste mês na Comarca de Montes Altos.

Na reunião que definiu o acordo, estiveram presentes o padre Raimundo Rodrigues Brandão, que representou o bispo dom José Soares Filho, da Diocese de Carolina; o presidente da Associação Casa Alívio do Sofrimento, Zé do Padre, o promotor Ossian Bezerra e o juiz Franklin Silva Brandão Júnior, da Comarca de Montes Altos.

A entrega das chaves aconteceu perante os representantes da Igreja Católica, padre Raimundo Brandão; do Ministério Público, Rônedes Moraes da Silva; e da Associação Casa Alívio do Sofrimento, Jeová Santana.

"Nós lutaremos para viabilizar no governo estadual recursos para a manutenção dessa grande estrutura em saúde pública que é a Casa Alívio do Sofrimento", disse o prefeito.

Objetivo - Segundo Valdivino Rocha, o objetivo é transformar o hospital em referência regional em saúde pública, mas assinalou que é necessária a intervenção do governo estadual. "Buscamos também o apoio do deputado federal Sarney Filho e dos deputados estaduais", frisou.

“

Vamos lutar para que os recursos sejam viabilizados para manutenção do Hospital Casa Alívio do Sofrimento em Montes Altos"

Valdevino Rocha,
prefeito de Montes Altos

Também estiveram presentes na solenidade a vice-prefeita Kelly Rocha; a secretária municipal de Saúde, Kerli Rodrigues; os vereadores Naguim, Magno Cesário e Raimundo da Firmeza.

Construído na década de 1970 pelo frei Aristides Arioli, o prédio com boas instalações comporta 100 leitos. Localizado em um amplo terreno que domina uma posição estratégica no município, a Casa Alívio do Sofrimento nos últimos anos chegou a servir como um ambulatório.

Comenda

fotografia@mirante.com.br

Divulgação



BACABAL - Os desembargadores Guerreiro Júnior, presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, e Marcelo Carvalho, diretor da Escola da Magistratura do Maranhão, receberam da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) a comenda *Dr. José Ribamar Ramos Reis*, durante solenidade de posse dos novos diretores da Subseção de Bacabal, eleitos para o triênio 2013/2015, na sexta-feira, 15. Lançada oficialmente na solenidade, a comenda é concedida a personalidades do meio jurídico que mantêm boa convivência com os advogados, em especial magistrados que atuam ou têm vínculos na região. Guerreiro Júnior recebeu a comenda das mãos do presidente da Seccional da OAB, Mário Macieira, e afirmou sentir-se honrado com a homenagem com o nome de um amigo e ex-aluno que foi símbolo de hombridade, honradez e luta para Bacabal.

EDITAL

O OFICIAL DO 1º OFÍCIO EXTRAJUDICIAL DE BARRA DO CORDA – MA

FAZ SABER, a quem possa interessar que foram depositados neste cartório sob o nº de Protocolo 66.100, documentação referente ao registro do loteamento denominado "PARQUE DOS IPÊS", de propriedade da Empresa TERRAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 03.583.942/0001-60, de conformidade com a Lei 6.766/79 referente ao imóvel constituído de um terreno próprio localizado na BR - 226 sentido Grajaú - Barra do Corda, em parte dos Lotes nº 02 e 03 ambos da Glebe 10 do Projeto Integrado de Colonização de Barra do Corda MA, matrícula 70.466, com área de 591.975,00 m², no qual está loteado em 58 (cinquenta e oito) quadras residenciais e 17 (dezessete) quadras comerciais no total de 1.754 (um mil duzentos e cinquenta e quatro) lotes, conforme croqui abaixo. Os interessados poderão dirigir impugnações, no prazo de 15 dias à sede o 1º Ofício de Barra do Corda sito na Rua Imã Helena, nº 121, Centro, Barra do Corda-MA.



■ CONCURSO

200 anos de história

Tribunal de Justiça do Maranhão lança *Concurso de Redação* para celebrar seu bicentenário e sobre sua missão institucional no estado

ANA BEATRIZ RIBEIRO

Permanecem abertas até o dia 30 de abril as inscrições para o *Concurso de Redação – Tribunal de Justiça do Maranhão 200 anos*. Como o próprio título sugere, a proposta é uma comemoração à passagem do bicentenário da instituição, que acontece dia 4 de novembro deste ano. Poderão participar do certame os alunos do ensino médio de escolas da rede pública e privada do município de São Luís.

De acordo com o regulamento, o tema da redação está relacionado ao desempenho do TJ enquanto órgão que presta serviços à sociedade maranhense e busca avaliar os conhecimentos dos estudantes sobre o assunto. O autor da melhor redação será premiado com uma passagem aérea à cidade de Fortaleza (CE), com direito a hospedagem e acompanhante. O segundo colocado receberá um notebook.

Segundo o edital, cada aluno poderá ser representado no concurso por uma redação. Além do texto, que deve ser digitado e formatado seguindo as diretrizes estipuladas pela Comissão do Tribunal, o autor deve incluir no envelope de deposição dos trabalhos a ficha de inscrição, devidamente preenchida com os dados pessoais do concorrente (nome completo, endereço, telefones, e-mail, número de RG). O documento já está disponível no site do TJMA, bem como o edital, no seguinte endereço eletrônico: **www.tjma.jus.br**.

Além disso, a redação deve estar gravada em um CD e estar disponível em outras 4 cópias impressas. Na parte externa do envelope deverá conter os dados do remetente e a menção ao “Concurso de Redação – Tribunal de Justiça do Maranhão – 200 anos.” O material poderá ser entregue pessoalmente ou via Correios ao endereço do Tribunal

de Justiça do Estado do Maranhão (Praça Pedro II, s/nº. Centro. São Luís (MA). CEP: 65.010.905).

Para desenvolver o texto seguindo a temática, a comissão coloca à disposição dos interessados o acervo contido na Biblioteca do Tribunal, que funciona diariamente. Os candidatos que tiverem acesso à internet podem consultar previamente através do Sistema de Automação de Bibliotecas do portal da instituição na internet toda a bibliografia disponível para análise e ainda verificar a disponibilidade do conteúdo de acordo com o tipo de material e temática.

O resultado da avaliação será divulgado no site e também nas páginas do poder judiciário nas redes sociais, *facebook* (TJ_MA) e *twitter* (@TJ_MA). O TJ ressalta as despesas necessárias em eventuais deslocamentos na cidade de São Luís para o recebimento do prêmio correrão por conta dos candidatos e que



Divulgação

Comissão organizadora do concurso colocou à disposição dos interessados o acervo contido na Biblioteca do Tribunal de Justiça do Maranhão

não haverá divulgação de notas em relação às redações avaliadas. Os membros da Comissão julgadora poderão ser conhecidos por meio

de consulta ao endereço eletrônico do TJMA na internet. Eventuais dúvidas poderão ser encaminhadas ao e-mail: 200anos@tjma.jus.br.

31

de abril, prazo para as inscrições do concurso

O BRASIL E A SUA CULTURA DA DESONESTIDADE

Nielsen Furtado (Jornalista e Poeta)
nielsen.furtado@gmail.com

O Brasil é um país com infinitas particularidades e sine qua non em relação à desonestidade. Essa qualificação da falta de caráter e o desvirtuamento cada vez mais crescente da honestidade, faz com que a credibilidade em relação ao processo de justiça fique cada vez mais abstrato.

Nas terras tupiniquins tudo pode quando o principal objetivo é estar à margem das leis brasileiras. O povo, infelizmente acredita que a impunidade é o principal prêmio para quem comete delitos, sejam eles graves ou não. A sociedade enfraqueceu e deixou que furtassem o seu poder de indignação. Atualmente, observam-se os crimes como algo corriqueiro, e assusta-se com a escassa presença da virtude. Agimos com indiferença quando estamos frente a uma notícia de corrupção. Entretanto, soa estranha a honestidade de poucos brasileiros. Ser corrupto é ser igual a todos. Ser honesto é estar em um lugar, no mínimo, fora do contexto cultural do Brasil.

Vejamos o que acontece com o ex-juiz Nicolau dos Santos Neto. Foi investigado, comprovou-se o desvio de R\$ 169 milhões, foi condenado e ficou preso em regime fechado por pouco tempo. Utilizando-se dos favores da lei, obteve o direito de ficar em uma prisão domiciliar dado ao seu estado de saúde. O Ministério Público de São Paulo, foi perspicaz e conseguiu comprovar que Lalau estava em bom estado de saúde, e assim, conseguiu devolver o ex-juiz para o lugar que mais lhe convém: a prisão.

É sabido, que os trâmites judiciais no Brasil percorrem vários caminhos, e nesses vielas existem os atalhos. Sabedora dessas entranhas judiciais, a defesa de Lalau impetrou vários recursos em defesa do seu cliente. O processo vem se arrastando há anos e a protelação do caso gera vários prejuízos para o Brasil. Nesse contexto, o que mais nos prejudica é o golpe certo dado em nossa moralidade e coloca o país como um paraíso para a impunidade.

Não bastasse todas essas afrontas à honestidade, corremos o risco da prescrição do crime, o que tornará Lalau livre de todas as acusações. Pasmem, mas a sua defesa foi enfática em afirmar, que em havendo a prescrição do crime, irá acionar judicialmente o Estado de São Paulo para reparar de forma indenizatória, todos os anos em que ex-juiz Nicolau dos Santos Neto esteve preso.

Piada ou não, o Estado de São Paulo não viu retornar aos seus cofres nenhum centavo que lhe foi roubado, agora, pode ser indiciado a pagar uma indenização milionária para quem lhe usurpou descaradamente R\$ 169 milhões. Assim funciona a cultura brasileira: ser bandido é louvável. Doar seu salário, como o Primeiro Ministro do Japão, Shinzo Abe, fez para reconstruir o país após o tsunami de 2011, é burrice travestida de ingenuidade.